



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPELA  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA  
Art. 24, II, Lei n° 8.666/93.

Nos termos do art. 24, da Lei n° 8.666/93, e alterações posteriores, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Capela, instituída pela Portaria n° 01/2019, de 03 de janeiro de 2019, apresenta Justificativa para a contratação de empresa especializada visando à execução dos serviços de Gravação das Sessões Legislativas Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Especiais e Secretas, Audiências Públicas, Reuniões de Comissões, Palestras e demais Reuniões Permanentes da Câmara Municipal de Capela, mesmo dispensada esta Justificativa, mediante as considerações a seguir:

*Considerando* a necessidade desses serviços de Gravação das Sessões da Câmara Municipal de Capela;

*Considerando* que os objetivos a serem atendidos são a publicidade e a divulgação ao público dos serviços aqui desenvolvidos;

*Considerando* que o serviço de gravação das Sessões da Câmara Municipal de Capela não se refere a parcelas de um mesmo serviço que possa ser realizada conjunta, concomitantemente e de uma só vez;

*Considerando* que o custo econômico para essa licitação é superior ao benefício dela extraível e que a pequena relevância econômica não justifica os gastos com uma licitação comum, além de se poder causar prejuízos à Administração, inclusive com o acréscimo de preços, para a qual o serviço aqui está sendo pretendido, decorrendo, disso, problemas de ordem legal e política, incluído nisso a demanda de tempo que o certame licitatório exigiria;

*Considerando* que um procedimento licitatório é desnecessário, pois se tem, neste caso, hipótese de dispensa de licitação, com espeque no art. 24, inciso II da Lei n° 8.666/93 e suas alterações;

*Considerando* que o art. 26 da Lei n° 8.666/93, com a redação dada pela Lei n° 11.107/05, em seu parágrafo único, estabelece as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação – razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço – **ainda que dispensada a justificativa para o presente caso**, de acordo com o *caput* do mesmo artigo supramencionado, o qual achamos por bem transcrever:

**Art. 26.** As dispensas previstas nos §§ 2° e 4° do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8° desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

**Parágrafo único.** O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço; (destaquei).

*Considerando*, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da empresa SING STÚDIO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME não foi contingencial. Prende-se ao fato de ter sido a que possui o menor preço dentre aquelas pesquisadas para a realização desse serviço, e que o preço, conforme se pode, facilmente, constatar através da confrontação dos preços praticados pelas demais profissionais e da proposta apresentada pela a que se pretende contratar, é compatível com os praticados no mercado, estando, inclusive, um pouco abaixo daquelas apresentadas.

*Considerando*, por fim, que em mesmo sendo dispensada a justificativa, neste caso, por não prevista no *caput* suso-aludido artigo, atemo-nos aos ensinamentos do Ilustre Administrativista Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando



. 00000?4

**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAPELA**  
**CPL – Comissão Permanente de Licitação**

preconiza que: “Nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob o fundamento de que a hipótese não estava prevista no art. 26.”<sup>1</sup>, é que assim o fizemos, aliados aos entendimentos o Tribunal de Contas da União:

*“Nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, faça constar nos autos as necessárias justificativas da despesa, atendendo a exigência constante no artigo 26, caput, da Lei 8.666/1993.”<sup>2</sup>*

*Ex positis* é que entendemos ser dispensada a licitação, pois caracterizada está a situação enquadrada na forma do artigo 24, II, c/c art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua edição atualizada.

Assim, como já dito, feita a pesquisa de preços de mercado e analisada a documentação exigida, foi escolhido a empresa SING STÚDIO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME, por ter apresentado menor preço. A proposta vencedora apresentou o seguinte valor: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil e quatrocentos reais), para prestação de serviços de gravação das sessões da Câmara Municipal de Capela.

As despesas, decorrentes da presente dispensa de licitação correrão por conta seguinte dotação orçamentária:

- UO: 101 - Câmara Municipal de Capela
- Ação: 2001 – Manutenção da Câmara Municipal
- Classificação Econômica: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: 10010000

Então, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 26 da mesma norma jurídica já aqui mencionada, ainda que desnecessário, por não contemplado naquele artigo, mas, apenas, a título de formalização, submetemos a presente justificativa ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Capela, para apreciação e posterior ratificação.

Capela, 04 de Fevereiro de 2019.


  
**Francisca Guiomar Carvalho de Araújo**  
Presidente da CPL

  
**Cleomarques Carlos Santos**  
Secretário

  
**Ronaldo Bezerra de Freitas**  
Membro

**Ratifico. Publique-se.**

**Em, \_\_\_/\_\_\_/2019.**

  
**Ronaldo Cruz Marques dos Santos**  
Presidente da Câmara Municipal  
de Capela

<sup>1</sup> in JUSTEN Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2006. Dialética.

<sup>2</sup> Acórdão 819/2005 – Plenário – TCU.